

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	1 / 1
cod	52D 00021

Evangelische Kirche in Deutschland - Kirchenamt
 TEL: +49-0511-7111707

13. Sep. 90 14:54 Nr. 002 P. 01

EVANGELISCHE KIRCHE IN DEUTSCHLAND

KIRCHENAMT

EKD-Kirchenamt - Postfach 210220 3000 Hannover 21

KIRCHLICHER ENTWICKLUNGSDIENST (KED)
 Herrenhäuser Str. 12, 3000 Hannover 21
 Telefon: (0511) 71 11-0 · Telex: 923445 ekd d
 Durchwahl: 7111- 212

Centro Ecumenico de
 Documentacao e Informacao
 (CEDI)
 Rua Cosme Velho, 98
 CEP 22241 Rio de Janeiro / RJ

Hannover den 13.09.1990
 Unser Zeichen: Az.: 0246/25.242

Visita ao Brasil de representantes da Câmara para Serviço Eclesiástico de Desenvolvimento da Igreja Evangélica na Alemanha (INA) de 15 a 22 de setembro de 1990

Ex^{mas} Senhoras, Ex^{mos} Senhores!

O. P. Silvio Schneider da IECLB nos comunicou que também iríamos falar com os senhores e as senhoras sobre os resultados do estudo "Desenvolvimento e Meio-Ambiente", obtidos até este momento pela Câmara para Serviço Eclesiástico de Desenvolvimento da Igreja Evangélica na Alemanha (IEA).

É com grande satisfação que vemos esta oportunidade de ouvir seu parecer sobre esta temática tão importante.

A viagem está sendo coordenada por

Hubertus Behs
 IECLB
 Caixa Postal 2876
 90001 Porto Alegre / RS
 Brasil

Tel.: 0055512/21 - 34 33
 Fax : 0055512/25 - 72 44

Em caso de haver quaisquer perguntas sobre nosso encontro, solicitamos dirigir-se ao Sr. Behs.

Em anexo, queremos trazer ao seu conhecimento, em forma de um resumo, os resultados obtidos até este momento do estudo "Desenvolvimento e Meio-Ambiente - o Caso da Amazônia".

Desenvolvimento e Meio-Ambiente

o Caso da Amazônia

Um Estudo

da Câmara da Igreja Evangélica Alemã

de Serviço para o Desenvolvimento

uma Visão Sumária dos Primeiros Resultados

Agosto 1990

1. O DESAFIO MUNDIAL (OS CUSTOS DO PROGRESSO)

1.1. Ponto Inicial de referência: O processo conciliar sobre justiça, paz e preservação da Criação

Na Assembleia Mundial do Conselho Mundial das Igrejas pela justiça, paz e preservação da Criação em Seul em março de 1990, os representantes da cristandade mundial prometeram solenemente lutar

1. pela busca conjunta de possibilidades de como podemos viver em harmonia com a Criação de Deus,
2. por esforços conjuntos, a nível mundial, local e individual no sentido de proteger e conservar a atmosfera terrestre,
3. por uma resistência mundial contra às causas da destruição da atmosfera terrestre e pelo combate de seus efeitos,
4. Exortamos as Igrejas a promover a indispensável conversão do atual modo de pensar baseado num consumo de energia e crescimento econômico ilimitados,
5. Nós nos comprometemos pessoalmente a promover e facilitar a realização destes objetivos."

Quando em seu manifesto pela proteção da Amazônia de outubro de 1988 a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) fez um apelo as Igrejas irmãs no sentido de apoiar em sua intervenção pela conservação do espaço de vida amazônica, o Conselho da Igreja Evangélica Alemã acolheu a este pedido, entendendo-o como um convite para uma "busca conjunta", e encarregou a sua Câmara de Serviço para o Desenvolvimento (KED) de elaborar um estudo analisando o relacionamento entre "desenvolvimento" e "meio-ambiente" no caso da Amazônia e como se dá o envolvimento do nosso país nesta problemática.

Nós, da Câmara, passamos assim a estudar o "modelo de desenvolvimento da Amazônia" e suas consequências sociais e ecológicas no sentido de procurar melhor entender a nossa co-responsabilidade nesta crise.

Neste processo, constatamos que tanto as causas como as consequências de um estilo de vida e relações econômicas que ameaçam hoje mundialmente as bases naturais de toda espécie de vida, dizem respeito e afetam ao Norte e ao Sul de maneira muito distinta, de modo que a problemática ecológica se apresenta de maneira completamente diferente no Norte e no Sul.

No entanto, fica também cada vez mais claro, que não existem crises ecológicas independentes entre si nem grupos de pessoas a quem elas não dizem respeito. Por isso, em função da sua responsabilidade pela Criação, os cristãos estão conscientes de serem chamados para participar da "busca conjunta" de uma nova forma de convívio com a natureza, e de tomar iniciativas adequadas dentro do necessário processo de mudar-se o modo de pensar vigente e de iniciar-se novas práticas em termos de relações econômicas e estilos de vida. Este estudo tem o objetivo de prestar uma contribuição neste sentido e de ser ao mesmo tempo um convite para o diálogo sobre a nossa responsabilidade conjunta para com o nosso próximo e pelo nosso meio-ambiente.

exploração. Por exemplo, os países industrializados estão envolvidos diretamente na destruição da Amazônia através da concessão de créditos destinados a implantação de infra-estrutura na região, do fornecimento de turbinas para usinas hidrelétricas e pelo usufruto das matérias primas lá extraídas.

O engajamento dos países industrializados pela defesa do meio-ambiente no "Terceiro Mundo", como por exemplo, no caso das florestas tropicais, é somente digno de crédito, se for acompanhado de uma reflexão autocrítica com relação à sua própria participação na destruição das florestas tropicais. No entanto, isto não quer dizer que basta unicamente, que o engajamento pelo meio ambiente dos países industrializados seja digno de crédito, para passar a ser aceito pelos assim chamados países em desenvolvimento. Mesmo uma suposta política séria dos países industrializados encontraria interesses naqueles países que são contrários a uma proteção mais abrangente do meio-ambiente e a uma maior restrição na exploração dos recursos naturais. Mesmo se fosse possível levar os países industrializados a ações mais concretas no campo da proteção internacional do meio-ambiente, que superassem em larga margem o que está sendo feito atualmente, mesmo admitindo tal hipótese, deve-se ter claro que os países industrializados não podem resolver os problemas ecológicos em lugar dos assim chamados países em desenvolvimento. O que, porém, podem e devem fazer, é mudar as condições globais de modo que os assim chamados países em desenvolvimento possam ampliar seu espaço de ação na área de política ecológica. A cooperação internacional para a preservação do meio-ambiente só funciona se todos os envolvidos estiverem sinceramente dispostos e capazes de mudar o seu comportamento. De maneira alguma a inatividade de um Estado ou de um grupo de Estados na área da política ecológica pode servir de pretexto para outros Estados a igualmente desconsiderar este aspecto.

1.4 Considerações a respeito de custos e benefícios

Nos cálculos de custos e benefícios de tecnologia ambiental e de medidas de proteção do meio-ambiente tem dominado até o momento um conceito que somente considera aspectos isolados. A competitividade nacional e internacional ou a indústria de um país é, via de regra, tida como mais importante do que a necessidade de uma contribuição para a solução de problemas ecológicos mundiais. Contudo, em cada tentativa de calcular custos e benefícios do manejo de recursos naturais, o ponto de referência realmente decisivo não deveria ser uma fábrica isolada ou uma sociedade isolada mas sim toda a biosfera mundial. Modos de comportamento que são racionais para uma sociedade podem perfeitamente conduzir a resultados insatisfatórios a nível mundial. As formas até agora vigentes de cooperação internacional na área da proteção dos recursos naturais têm sido ainda incapazes de colocar a ecologia como primeiro ponto de referência na formulação de uma política ambiental a nível mundial.

1.5 Reações dos países industrializados (discurso ecológico)

Nos debates sobre a destruição do meio-ambiente no "Terceiro Mundo" são seguidos muitas vezes, por parte dos países industrializados, padrões de argumentação que se dão de uma maneira a desincumbi-los de sua responsabilidade, e que portanto não contribuem para o esclarecimento do problema, levando assim à formulação de inadequadas propostas de solução.

Por exemplo:

- As formas tradicionais de convívio da população com a natureza - por exemplo, com relação às práticas do manejo e cultivo da terra - são frequentemente consideradas inadequadas, e mesmo "irracionais". Muitas vezes, porém, estas práticas originalmente sensatas - dos quais tampouco se faz um mito - são destruídas, restringindo tanto o espaço de ação da população, que agir com senso ecológico se torna impossível.
- O crescimento populacional tem servido como explicação geral para a destruição ambiental no "Terceiro Mundo". Com relação a este aspecto deixa-se de considerar por um lado, que processos de expulsão e de migração aumentam a pressão populacional sobre a base dos recursos naturais de maneira ecológicamente problemática. Por outro lado, deixa-se também de levar em conta que "grupos modernos" (também nos países industrializados) exploram o meio-ambiente através de sua alta tecnologia de forma concentrada e por demais intensiva.
- De modo geral, a pobreza é apontada como causa da destruição ambiental, e neste contexto as mulheres, responsáveis pela provisão de água e energia, são, na maioria dos casos, consideradas "culpadas", necessitando portanto de esclarecimento e instrução. Muitos problemas, todavia, resultam do fato de que as mulheres não encontram mais o acesso a recursos suficientes para assegurar a sua subsistência. Não é a pobreza, mas sim a exploração econômica que leva à destruição dos recursos naturais.
- A falta de propriedade privada da terra como um desestímulo aos investimentos é indicada como outra causa da pobreza. Contudo, muitos problemas resultam do fato de que o poder das comunidades locais de dispor sobre seus recursos naturais lhes foi tirado pelo Estado ou por interesses particulares.

De modo geral, verifica-se que, via de regra, somente fatores isolados são apontados como causas da destruição ambiental no "Terceiro Mundo", deixando-se de levar em conta as complexas relações internacionais, em que principalmente os países industrializados têm um papel importante a desempenhar. Em função dos interesses-econômicos recíprocos entre os países industrializados e os assim chamados países em desenvolvimento, estas relações dizem respeito, por exemplo, à maneira como o mercado dos países terceiro-mundistas se constitui a nível nacional e se integra na economia internacional, aos interesses exportadores dos países industrializados (por exemplo, no caso da venda de equipamentos para usinas hidrelétricas), ou ainda, à situação de dependência dos assim chamados países em desenvolvimento em torno das exportações agrárias, aonde a constante queda de preços força um aumento da produção, e ampliando assim o nível da destruição do meio-ambiente. O sistema financeiro internacional força ainda estes países a produzir cada vez mais divisas para pagar as suas dívidas. Além disso, partindo de um conceito de eficiência malentendido, são construídas instalações no "Terceiro Mundo" que não são adaptadas às suas condições de produção.

2. O CASO DA AMAZÔNIA

O fato de que "desenvolvimento", do jeito que está sendo praticado até o momento, conduz à destruição ecológica, é mostrado de forma mais evidente do que por qualquer outro ecossistema terrestre, pelo caso das florestas tropicais, que abrigam uma ampla variedade de espécies e que são importantes estabilizadores do clima. O desaparecimento delas constitui um sinal de alarme para a necessidade de uma mudança urgente, a partir de uma imprescindível reflexão sobre uma nova ética econômica que corresponda à natureza e a humanidade de hoje e no futuro.

2.1 O modelo de "desenvolvimento" da Amazônia - planos, interesses, concepções e objetivos

Os nove países pertencentes à região da Amazônia, Brasil, Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Péru e Bolívia somente nas últimas décadas passaram a prestar maior consideração à bacia amazônica (7 milhões km²) dentro do seu território. Neste processo, os seus interesses em termos de política interna se orientavam no sentido de utilizar esta fronteira agrária aberta como válvula de escape para a pressão populacional no restante de seu território nacional, e de aproveitar as fontes de matérias primas da região recentemente descobertas em função de uma estratégia de desenvolvimento baseada no objetivo de crescimento econômico e na integração ao mercado mundial. Esta "concepção de desenvolvimento" foi legitimada pela assim denominada "superação do subdesenvolvimento", e pela ideologia da segurança nacional. O aproveitamento então vigente dos recursos desta região pelos seus habitantes para a sua subsistência foi ignorado, a Amazônia era assim caracterizada como uma "terra sem gente".

Em 1978 estes países fecharam o "Acordo de Cooperação da Amazônia" que fixa como objetivo a "aceleração do desenvolvimento econômico e social da região" (artigo 9). Esta cooperação, no âmbito de uma política econômica aberta para o mercado mundial, situa-se em contradição teórica com as estratégias geopolíticas adotadas pelos militares para a Amazônia com seus projetos de fronteira (como é o caso do Quito Norte). Para contradição manifesta-se entre a tomada de posição pela soberania nacional, de um lado, e uma política econômica que leva à completa dependência do grande capital internacional com total desrespeito aos interesses da população local, de outro. Esta aparente contradição surge em função do maquiavelismo dos militares, que sob o pretexto da segurança nacional pretendem ampliar sua supremacia regional no que diz respeito à exploração das matérias primas lá existentes.

As estratégias nortas em prática para o aproveitamento dos recursos naturais da região em função de um "desenvolvimento" orientado para o mercado mundial, conduzem a intensos conflitos com a população local, que reivindica seus interesses pela preservação, assim como pela recuperação de suas bases materiais de vida. Neste caso vem à tona uma forma completamente nova de soberania como expressão cultural da dignidade dos povos, que vêm ganhando uma fisionomia cada vez mais nítida às vésperas das "fervoridades" em 1003 ligadas aos "500 anos de conquista da América Latina".

A região brasileira do Amazonas

O Brasil comporta 70% da área da Amazônia, que corresponde a 5 milhões de km², dos quais 3,5 milhões de km² estão cobertas por florestas tropicais. Nesta região vivem hoje cerca de 50 milhões de habitantes (cf. Dunyau, 1989).

Planos e passos para a modernização da Amazônia

- 1946: Foi formulado um plano na nova Constituição para a exploração econômica da Amazônia e conseqüentemente criado um órgão público para a realização do mesmo;
- 1963: Criação do território da Amazônia Legal e de uma Superintendência para o planejamento e exploração econômica da Amazônia e também de um fundo para financiar esta exploração;
- 1966: Criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que pretende através de incentivos fiscais atrair investidores privados (entre outros, também companhias transnacionais, como por exemplo a Volkswagen S.A., recebem consideráveis subvenções por parte do Estado); o objetivo do plano é tornar o Brasil dentro de dez anos num dos maiores exportadores de carne do mundo;
- 1967: Criação da Zona Franca de Produção e Comércio do Manaus, que é administrada pela SUFRAMA e que tenta atrair para a região, através de incentivos estatais, empresas nacionais e internacionais das indústrias têxtil, madeireira, elétrica e de bens de consumo;
- 1966-1970: a Operação Amazônia deve integrar mais a região Norte na economia nacional;
- 1970: o Programa de Integração Nacional (PIN) visa o povoamento da Amazônia pela população rural sem terra do Nordeste ("terra sem gente para gente sem terra"); neste período, grandes empresas madeireiras e fazendas de criação de gado já possuem cerca de 21 milhões de hectares de terras nesta região;
- 1972-1974 e 1974-1979: através de grandes projetos, os planos nacionais de desenvolvimento visam fazer do Brasil uma grande potência (planeja-se a implantação de 16, e mais tarde de 17 pólos de desenvolvimento). O financiamento destes projetos via créditos externos contribui substancialmente para o enorme endividamento do país;
- 1986: os militares, que nesta fase já entregaram o governo aos civis, planejam o Projeto "Caminho Norte" no sentido de fazer o "desenvolvimento" do território ao Norte do Rio Amazonas.

Pressupostos, causas e aspectos da política brasileira para a Amazônia

a) A "lógica de conquista"

A mentalidade de conquista com seus preconceitos racistas e ilusões de superioridade persiste (no Brasil e no Exterior) desde a "descoberta" da América Latina. Ela é caracterizada por um relacionamento antropocêntrico com a natureza, orientado para a obtenção de lucros de curto prazo e para um crescimento econômico rápido. As sociedades oriundas da região e o seu conhecimento, orientado durante séculos seguidos na preservação e na promoção do meio ambiente, não são considerados.

b) O modelo econômico "nacional" da ditadura militar de 1964-1985 voltado para o mercado mundial

A exploração desenfreada da natureza com conseqüência deste modelo econômico leva o Brasil não somente a uma crise praticamente insuperável com

relação ao endividamento externo, como também promove - de maneira acentuada na Amazônia - a desigualdade social com a concentração de poder econômico nas mãos de alguns poucos (96% dos proprietários de terra possuem menos de 100 hectares, enquanto que só 1 % dos proprietários de terra possui mais de 1000 hectares; 162 fazendas possuem 40 mil de hectares, as 10 maiores fazendas possuem juntas uma área de 11.785.876,8 hectares e empregam apenas 313 pessoas, IBASE). Como o capital estrangeiro possui acesso a terras brasileiras, dá-se ainda um processo de desnacionalização da terra. A extração forçada de matérias primas leva à destruição paulatina da floresta tropical (calcula-se que o Estado de Rondônia esteja completamente desmatado até o ano de 1994).

c) A Incapacidade dos órgãos públicos de desempenhar suas obrigações a nível social e ecológico

Os órgãos públicos revelam constantemente não estar em condições de cumprir suas obrigações a nível social e ecológico conforme requerido, por exemplo, na concessão de créditos. Em muitos destes casos pode ser provado que eles até cooperam com empresas grandes (no caso de venda de madeira e concessão do direito de extração mineral em território indígena, por exemplo) sem considerar as nefastas consequências sociais e ecológicas desta cooperação.

d) A Irresponsável cooperação nacional e Internacional

Investimentos nacionais e Internacionais são realizados muitas vezes sem considerar as características do ecossistema da Amazônia, isto é, a floresta é desmatada em grande escala, a variedade de espécies é destruída e estratégias visando um manejo integrado de proteção ao solo não são aplicadas.

e) O financiamento Internacional de grandes projetos regionais e setoriais

No projeto Carajás foram, até o momento, investidos 61,7 bilhões de dólares, financiados por créditos externos (dentre os quais encontra-se o maior crédito já concedido pela Comunidade Européia a um país não-europeu). As exigências de cunho ecológico ligadas à concessão destes créditos, não foram cumpridas. Isto significa que através destes créditos (que foram concedidos pelo Banco Mundial, pela Comunidade Européia, por bancos japoneses e pelo Instituto de Crédito para Reconstrução da Alemanha Federal) foram criadas as condições para a destruição da região. A construção de infra-estrutura para a região de Carajás baseia-se em grande parte no "know-how" e em investimentos de companhias alemãs (Dillinger Hüttenwerke SA, Klöckner-Werke, Stahlwerke Pöhl-Salzgitter SA, Krupp Stahl SA, Mannesmann SA Hüttenwerke e Thyssen SA).

Através da concessão de crédito pela Comunidade Européia foram negociados preços especiais para a importação de minérios de ferro, através dos quais, a Alemanha Federal tira grande proveito, já que é o maior país importador de minério de ferro dentro da Comunidade Européia (suas importações foram aumentadas em 1985-1988 de 906.994 t para 6.330.000 t; principais compradores: Thyssen, Mannesmann, Krupp, ARBED-Saar, Dillinger e Saarstahl).

O grande projeto POLONOROESTE em Rondônia e parte de Mato Grosso foi concebido como um planejamento regional de colonização, que deveria garantir um povoamento ordenado de Rondônia, isto é, sustentável em termos ecológicos e sociais, assim como a proteção de 45 reservas indígenas incluída na região do projeto. Na realidade, o projeto acabou mesmo é por levar ao desmatamento à floresta tropical da região através de diversas medidas, como por exemplo, da

ampliação da rodovia BR 364 (Culabá - Porto Velho). Foi por este motivo que o Banco Mundial parou de financiar o projeto.

Também a ampliação do setor energético brasileiro de (PLANO 2010) foi e está sendo promovido através de ajuda externa. Até o ano 2010, planeja-se construir 79 usinas hidrelétricas (com as represas de Tucuruí e Balbina já concluídas até o momento, foi inundada uma área de 2.340 km² para a produção de apenas 250 MW).

f) A aceleração deste processo pelos militares

Com o projeto fronteira Calha Norte, os militares estão evidentemente construindo uma base de poder no Norte do Amazonas, depois de terem entregue a responsabilidade governamental aos civis.

g) Constituição e realidade

Em 1988, a Assembleia Nacional Constituinte elaborou uma legislação ambiental muito abrangente e estabeleceu também direitos constitucionais relativos à proteção da população indígena. A realidade, no entanto, está muito distante disto. Com o governo civil adotando o modelo econômico dominante, todas as exigências legais em termos sociais e ecológicos tendem a funcionar apenas como decoração. Os conceitos alternativos de desenvolvimento formulados pelos crescentes movimentos sociais no campo e na cidade, são simplesmente descartados. Desta forma, as consequências desastrosas do conceito de desenvolvimento vigente (endividamento, distribuição desigual do poder econômico e político, destruição ecológica) são assumidas conscientemente em toda sua amplitude pelo governo.

A situação nos outros países do Amazonas

2.2 A implantação deste modelo de desenvolvimento e o papel dos diferentes atores envolvidos

Governos e militares

Na sua lealdade ao grande capital, o governo e os militares tomaram durante a gestão Sarney posições abertamente contrárias à Constituição votada em 1988 (vide, por exemplo, o projeto Calha Norte ou a política com relação aos Yanomami). Apesar disto, a amplitude e intransigibilidade de região representam limites para realização da política dos governos amazonenses (para se ter uma idéia destas dificuldades, o exército e a força aérea da Venezuela levaram um ano para expulsar garimpeiros brasileiros que tinham se instalado em território venezuelano).

O confronto com a população indígena, que antigamente se realizava através de métodos drásticos (massacre dos Cinta Larga, 1963), hoje está sendo causado e praticado de um modo mais indireto pelo governo e pelo órgão estatal de proteção ao índio, a FUNAI. (por exemplo: a política com relação aos Yanomami, aos quais foi dado até agora somente um terço da terra prometida já em 1987 e que não recebem proteção efetiva contra a invasão em massa dos garimpeiros). Os grandes projetos mencionados acima continuam a expulsar os povos indígenas de suas regiões e a destruir sua base material de vida.

Estados e empresas estrangeiras

Países como a República Federal da Alemanha, França e Japão contribuem em grande escala para a concretização do "modelo de desenvolvimento da Amazônia" - através de sua cooperação com o Brasil em termos de "ajuda" ao desenvolvimento, de suas relações econômicas estreitas, de seus projetos de cooperação a partir de agentes econômicos privados e da sua colaboração junto às situações financeiras internacionais.

As instituições financeiras internacionais

A política do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que obriga os países devedores a cumprir um programa de metas orientado exclusivamente para o objetivo do aumento de divisas, que, por conseguinte, exige uma orientação consequente da economia brasileira para exportação. Os resultados desastrosos desta política tornam-se evidentes no caso do "desenvolvimento" da Amazônia. Exigências de nível social e ecológico, cujo cumprimento o Banco Mundial reclama de forma cada vez mais enérgica para passar a conceder novos créditos para grandes projetos, em sua maioria não são cumpridas.

As vítimas deste processo

A falta de consideração para com aqueles que são diretamente afetados pelo modelo de desenvolvimento da Amazônia tem provocado um crescente processo de organização junto aos índios, seringueiros, pescadores e pequenos agricultores que aplicam métodos agro-ecológicos:

- 1984: federações indígenas originárias de cinco países amazônicos organizam-se no COICA;
- 1986: fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros
- 1989, o Encontro dos Povos da Floresta junto ao Rio Xingu desperta grande atenção junto à opinião pública mundial;
- 1989: em Rio Branco realiza-se o primeiro Congresso Nacional dos Povos da Floresta no qual índios e seringueiros cooperam entre si (sobre as contrapropostas destes grupos, vide o ponto 2.4.)

2.3 Efeitos deste processo

O manifesto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (1988) pela proteção da Amazônia descreve estes efeitos de forma impressionante. São evidentes:

- o aumento na concentração da propriedade,
- as negativas consequências sociais da exploração predatória, da mineração, do garimpo e das construções de grandes usinas hidrelétricas,
- migrações
- doenças.

Uma comparação entre as atividades econômicas modernas e as tradicional-sustentáveis, no que diz respeito à sua aplicação de recursos e aos benefícios e danos delas resultantes, demonstra claramente que as atividades econômicas produzem com uma grande quantidade de insumos danos consideráveis e de longo

prazo, enquanto que os benefícios delas resultantes são relativamente reduzidos e de curta duração.

2.4 Contrapropostas das vítimas deste processo

- Alternativas indígenas (COICA) e proposições da COICA para a cooperação internacional;
- reivindicações dos índios e seringueiros (resolução do congresso conjunto de 1989 em Rio Branco);
- resolução de 89 organizações populares num seminário organizado pela CESE (setembro de 1989)
- resolução do II. sínodo distrital do distrito eclesialístico regional-nordestino da Igreja Evangélica do Confissão Luterana do Brasil do dia 12 de março de 1989;
- resolução de um encontro ecumênico latino-americano sobre questões ambientais em Montevidéu em 1989.

3. CONTRADIÇÕES E PROBLEMAS NAS PROPOSTAS DE SOLUÇÃO DE ATÉ O MOMENTO

No campo da cooperação internacional na área de proteção aos recursos naturais podem ser diferenciadas a grosso modo três propostas que se complementam entre si:

- redução preventiva de danos causados nos países através de um estudo do grau de sustentabilidade a nível ambiental;
- preservação do meio-ambiente através de projetos especiais nos quais predominam medidas técnicas;
- estratégias sócio-ecológicas especiais que se caracterizam por um procedimento integrado e orientado ao ecossistema e que se baseiam nos princípios de sustentabilidade ("long run"), sustentabilidade ("low input") e diversidade ("Bio-Diversity"). As medidas constantes nestes projetos implicam numa participação sistemática da população local.

No contexto dos debates programáticos sobre a cooperação internacional na área ambiental (relatório Brundtland, comissão de investigação para a proteção das florestas tropicais) há uma clara e crescente preferência pelas estratégias sócio-ecológicas em detrimento das estratégias de "reparação". Na prática, porém, as proposições de um assim chamado "ECO-desenvolvimento" ficaram praticamente restritas a alguns nichos económicos isolados (FAO, plano de ação para florestas tropicais). A razão disto, entre outros aspectos, reside no fato de que as estratégias sócio-ecológicas são altamente complexas e que, portanto, exigem demais dos agentes envolvidos no projeto. Além disto, é bem possível que projetos de desenvolvimento que têm por prioridade os interesses da população local resultem em sérios conflitos entre interesses comerciais a nível local e externo. De maneira simplificada poder-se-ia formular: quanto mais uma estratégia tenta enfrentar a complexidade real dos problemas, mais difícil se torna a sua realização. Por isto, é bem possível que as estratégias de "reparação" continuem a ser preferidas, mesmo que seus pontos fracos já tenham se tornado evidentes há muito tempo.

4. ALTERNATIVAS E PERSPECTIVAS

4.0. Aspectos fundamentais para uma nova concepção de "desenvolvimento" do ponto de vista das lagoas

Uma nova concepção de desenvolvimento deve basear-se no fato de que o ser humano não vive somente numa comunidade humana, por cujo desenvolvimento ele é responsável, mas vive também numa comunidade natural, por cujo desenvolvimento ele é igualmente responsável. Da mesma forma que um desenvolvimento responsável dentro da comunidade humana não deve resultar na instrumentalização do ser humano, mas sim no respeito à sua dignidade e na preservação de seus direitos, também o ser humano não deve simplesmente instrumentalizar a natureza, mas sim deve respeitar o valor próprio de cada uma das suas partes, sem violar os seus direitos. Em uma nova concepção de desenvolvimento deveria, portanto, ser atribuído à dignidade e aos direitos da natureza a mesma importância e o mesmo valor que se atribui à dignidade e aos direitos do ser humano. A fim de fazer justiça à comunidade do homem e da natureza de uma forma global, deveriam ser considerados, também, os direitos das gerações futuras. Somente se a responsabilidade for entendida desta forma global é que um desenvolvimento duradouro tornar-se-á possível.

4.1 Alternativas e perspectivas para a política

A partir do caráter global da problemática ambiental resulta o direito por princípio de todas as sociedades de participar na determinação futura de como aproveitar os recursos, e também um dever categorico de todas as sociedades de zelar por um aproveitamento duradouro dos recursos naturais, independentemente do comportamento de outras sociedades a respeito.

Ao mesmo tempo existe a necessidade de ponderar a contribuição a ser efetivamente dada pelas diversas sociedades em função do nível de danos causados no meio-ambiente e da capacidade econômica de cada uma.

As discrepâncias existentes entre os vários níveis de desenvolvimento de cada país não devem de maneira alguma servir para forçar os assim chamados países em desenvolvimento na sua política ambiental, que os próprios países industrializados não estariam dispostos a fazer. No caso de uma iminente ameaça de uma destruição irreparável de recursos naturais, como no caso das florestas tropicais a tentativa de provocar mudança na política ambiental através de pressão econômica pode ser inevitável. Contudo, não há dúvida de que somente pressões econômicas não podem resolver efetivamente estes problemas. O que, na verdade, é necessário, é uma política de compromisso mútuo no sentido de reduzir o nível de consumo e a destruição de recursos, e também, no sentido de introduzir novas metas e formas de utilização dos recursos naturais que sejam sustentáveis e duradouras (novos estilos de relações econômicas e de vida).

A possibilidade de proteger as florestas tropicais através do estabelecimento de imposições a nível ecológico na concessão de créditos ou nas negociações da dívida no sentido de procurar assegurar os recursos naturais ainda intactos contra a devastação, será sempre por demais reduzida, enquanto os assim chamados países em desenvolvimento se virem forçados a continuar devastando estes recursos por motivos ligados à ordem econômica internacional vigente, e enquanto os países industrializados continuarem a serem os principais compradores (por exemplo: madeira tropical, minérios etc.), fornecedores (por exemplo: combustíveis, "know how" etc.) ou ainda como credores. Enquanto a causa básica da destruição dos recursos naturais residir em sua utilização

excessiva condicionada pela pobreza da população, as pressões econômicas exercidas de fora reverterão sempre diretamente em prejuízos para esta população pobre.

Formas sustentáveis de utilização de recursos naturais a médio e longo prazo não podem ser negociadas unicamente a nível governamental, mas sim ser elaboradas em diálogo com aqueles cuja existência está sendo diretamente ameaçada. É necessário assim que, ao lado dos órgãos oficiais do governo, participem também como interlocutores neste diálogo, organizações não-governamentais ou entidades político-administrativas de hierarquia inferior ao nível federal (estados, municípios).

No diálogo a nível internacional sobre aspectos relativos à proteção do meio ambiente, deve-se procurar esclarecer a questão de até que ponto a clássica reivindicação de um Estado por sua soberania deva ser limitada em função da necessidade de uma proteção dos recursos naturais a nível internacional. Seria porventura imaginável introduzir em paralelo a um sistema de segurança coletiva, um sistema de proteção coletiva dos recursos naturais. Ao nível internacional, contudo, os princípios do voluntarismo e dos incentivos materiais têm sido prioritários como meio de controle do comportamento de um Estado, em relação aos princípios da exercício de pressão através do poder, uma vez que a nível internacional não existe o monopólio do poder legítimo (Max Weber).

Estes incentivos materiais poderiam consistir, por exemplo:

- no apoio internacional a medidas de adaptação de atividades econômicas a decisões tomadas em função de acordos internacionais (por exemplo, para a proteção da camada de ozônio),
- na implantação de um fundo geral para o planejamento, execução e supervisão de formas de utilização sustentável dos recursos naturais,
- na aceitação do princípio de compensação de perdas econômicas causadas por medidas de proteção do meio-ambiente,
- na extinção de fatores econômicos externos que estimulam a exploração exaustiva dos recursos naturais dos assim chamados países em desenvolvimento (legislação fiscal por parte dos assim chamados países em desenvolvimento; política relativa de cancelamento da dívida por parte dos países industrializados).

4.2 Alternativas para uma nova forma de conciliação entre economia e ecologia que seja integrada social e culturalmente

Devemos aprender de outras culturas formas de convívio "mais brandas" com a natureza. Uma atitude de maior consideração aos aspectos ecológicos precisa ser "internalizada" no nosso sistema econômico. A preservação do meio-ambiente não deve ser encarada em termos de custos a serem minimizados (no sentido de um conceito contábil "accounting" como o formulou Johan Galtung).

É necessário estabelecer-se conexões entre a sustentabilidade a nível global e uma capacidade de controle descentralizada e independente (Galtung).

Indo além do conceito de sustentabilidade, o conceito de crescimento tem de ser questionado em seus fundamentos, pois: taxas de crescimento econômico correspondem a taxas de destruição de recursos naturais!

Trata-se da busca de um novo paradigma do desenvolvimento e é interessante notar que neste contexto, os movimentos sociais são os mais avançados no esboço de novas concepções, principalmente o movimento das mulheres. As formas de produção de subsistência podem servir de modelo de como conviver com o meio-ambiente de forma mais cuidadosa, e empregando um método integrado de manejo das atividades econômicas.

4.3 Alternativas e perspectivas para a economia

É preciso iniciar um processo visando conduzir a um maior grau de compreensão sobre as contradições básicas dentro do discurso ambiental a nível internacional, no que diz respeito a política econômica. Deve-se assim cuidar para que sejam discutidos os conflitos, que surgiriam se uma política ecológica séria fosse levada a cabo.

Um conflito destes surgiria, se, por exemplo, fossem analisados a estrutura de demanda da República Federal da Alemanha e os seus efeitos a nível ambiental sobre o "Terceiro Mundo". A partir daí, a compreensão do fato de que, sendo compradores de minério de ferro, nós colaboramos com a destruição da Amazônia, poderia resultar numa redução desta demanda. Isto, por sua vez, significaria uma perda de divisas para o Brasil levando a um conflito no nível econômico. De forma semelhante, teria de ser investigada criticamente a estrutura de oferta da nossa economia, procurando entender, entre outros aspectos, em que medida as nossas tecnologias produzem efeitos perversos no "Terceiro Mundo" em termos sócio-ecológicos.

4.4 Alternativas e perspectivas para organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais

Organizações não governamentais dos países industrializados e movimentos sociais da população do Amazonas podem desempenhar um papel importante na salvação das florestas tropicais e na elaboração de uma política ambiental de longo prazo.

Para tanto existem dois caminhos à disposição:

1. A proteção através da utilização

Na "Carta da floresta e de seus habitantes", as próprias organizações dos povos da floresta mostraram caminhos, de como é possível uma utilização das florestas de forma duradoura e adaptada ao meio-ambiente protegendo a flora e a fauna.

Estes esforços precisam ser apoiados financeira e conceptualmente pelas organizações não-governamentais. Um bom exemplo de uma possibilidade neste sentido consiste nos acordos de cooperação entre cidades do Norte e dos povos da floresta tropical no intento de colaborar na prevenção de uma catástrofe climática.

2. A crítica das relações econômicas prejudiciais ao meio-ambiente

Além do apoio aos planos de utilização de recursos, dos habitantes da floresta, as organizações não-governamentais dos países industrializados precisam criticar em público as medidas econômicas dos governos e das indústrias que contribuem para a destruição da floresta amazônica.

Exportações, importações e também a participação na concessão de créditos internacionais têm de ser analisadas em público com relação aos seus efeitos sobre os ecossistemas, estendendo esta análise inclusive a nível social e cultural. É preciso garantir a participação da população na preparação e no planejamento de cada grande projeto.

Disto resulta a tarefa a longo prazo para as ONGs de engajar-se para que os métodos produtivos danosos ao meio-ambiente sejam transformados de modo a servir à justiça, à paz e à preservação da Criação, no sentido do processo conciliar.

4.6 Alternativas e perspectivas para as Igrejas

4.6.1 Novas propostas de mudança do nosso tipo de relacionamento com a Criação e com o nosso próximo

O ser humano recebe a Criação e o seu próximo como uma dádiva por cujo desenvolvimento ele é responsável. Nisto, o ser humano tem de respeitar o valor próprio da Criação e do seu próximo e levantar a sua voz em defesa das criaturas "fracas" e "mudas" assim como também das gerações futuras.

Temos que reconhecer que, até agora, não assumimos a nossa responsabilidade e que não atentamos para a perspectiva mundial desta problemática. Somente um amplo reconhecimento da nossa culpa, acompanhada da confiança na existência de possíveis caminhos para sair desta situação de perigo vigente. Precisamos assumir a responsabilidade de nosso comportamento anterior e procurar reparar os danos causados. Para uma modificação do nosso comportamento necessita-se de um novo padrão de bem-estar que transforme o estilo de consumo vigente e limite a atual ganância por recursos naturais. Precisa-se de pessoas que levantem a voz pelas criaturas "fracas" e "mudas", acusem a injustiça e reivindiquem seus direitos.

4.6.2 O trabalho de educação e conscientização ligado a questões do desenvolvimento

- Tanto no preparo como durante a realização de nossas iniciativas de cooperação com cristãos no "Terceiro Mundo", ou de outras formas de trabalho de solidariedade e engajamento no campo da política voltada para o desenvolvimento, tem faltado frequentemente uma reflexão mais profunda sobre a nossa identidade como cristãos e Igrejas numa sociedade altamente industrializada, que tira proveitos extremos da ordem econômica internacional atual.
- A análise da própria realidade social recebe normalmente muito menos atenção do que o estudo das circunstâncias de vida do parceiro a quem se pretende ajudar. Falta uma compreensão maior a respeito das relações globais a nível econômico, da nossa co-responsabilidade nesta problemática e das formas de intervenção possíveis e praticáveis na nossa sociedade (criar um clima geral de aceitação com relação às necessárias adaptações estruturais no Norte).
- Em consequência disto, muitos planos de ação têm a tendência de ser orientados para o exterior. Proporcionar ajuda lá fora parece ser bem mais fácil do que fazer mudanças por aqui, no nosso país. Contudo: falta-nos, via de regra, todo tipo de compreensão e criatividade com respeito à existência de uma necessidade mútua de ajuda. Uma forma de cooperação unilateral, no entanto, torna esta ajuda mútua impossível.

4.5.3 Pedidos de Informação para as organizações das Igrejas voltadas para a Área de cooperação internacional e de direitos humanos

4.5.4 O diálogo com parceiros de Igreja em ultramar sobre a responsabilidade das Igrejas em relação à problemática ecológica.

5. ANEXO